

# Saúde, uma dificuldade para todos

A Secretaria da Saúde do Paraná é o único órgão no Estado que recebeu com satisfação a notícia de que a população é a que menos cresceu em todo o País. O IBGE estimava a existência de 10 milhões de habitantes do Paraná, mas eles não ultrapassam 7,7 milhões, o que garante a oferta de maior número de leitos hospitalares à população. O resultado do censo dá ao Estado a certeza de que continua com o número mínimo de leitos fixados pela Organização Mundial de Saúde.

Mesmo assim, ainda há falta de atendimento médico em cidades onde se concentra o aumento populacional. Mas as reações, após a divulgação do resultado do censo, pelo IBGE, são de otimismo. Um assessor da Secretaria da Saúde justifica esse comportamento: "Como a verba sempre é escassa, se o número de pessoas é menor que o previsto o atendimento poderá ser bem melhor".

O próprio encarregado do setor de planejamento da Secretaria da Saúde, Mário Estival, admite que "é bem diferente analisar a incidência de doenças sobre uma população de 10 milhões e sobre uma população de sete milhões". Diante disso, ele promete a "reavaliação completa dos padrões utilizados até agora, em função das previsões, sobretudo na ocorrência de epidemias".

O governo do Paraná pretende investir em áreas carentes do Estado um bilhão de cruzeiros. Isso, em um total de 640 mil hectares onde estão localizados 61 municípios cuja renda per capita anual não chega a 300 dólares. "A questão — diz o secretário do Planejamento, Vespero Mendes — é dar assistência aos que estão marginalizados da rede convencional de atendimento médico e acabam chegando às cidades maiores em busca de atenção."

Em Rondônia, onde foi registrado o maior crescimento populacional do País (400%), as dificuldades são muito maiores do que no Paraná. Uma penitenciária chegou a ser transformada em hospital no lugar onde havia um posto de atendimento com apenas 40 leitos para atender toda a região da BR-364. E escolas foram desmobilizadas e adaptadas para que pudessem receber as vítimas dos surtos de malária.

Em 1981, a Secretaria de Saúde do território contará com Cr\$ 650 milhões para construção de sete hospitais. Segundo o ex-secretário José Atalla, da Saúde, Porto Velho detem o recorde mundial de raiva humana. Isso, apesar da vacinação anti-rábica estar sendo aplicada há três anos.

Na área de vacinação, têm sido feitas campanhas de nível nacional, como a da poliomielite, mas há médicos que denunciam, em Rondônia, a aplicação de vacinas vencidas ou estragadas, o que tem causado o surgimento de casos de crianças com sarampo.

Em Sergipe, há apenas quatro leitos para cada grupo de mil habitantes. Na área de saneamento básico a situação é semelhante: a rede de esgoto é insuficiente e o sistema de água atende um terço da população do Estado. A mortalidade geral, é, atualmente, de 11,7 pessoas por mil; ela é agravada pela mortalidade infantil, que atinge 82,7 por mil crianças nascidas vivas, com menos de um ano de idade.

O Maranhão é um dos Estados que apresenta maior crescimento populacional do Nordeste. O governo pretende construir três centros de saúde e 15 postos de atendimento, além de construir um hospital. Até 1982, a esperança dos técnicos é poder inaugurar pelo menos um hospital em cada uma das 18 regiões básicas e 1.250 PS's.

Os números revelados pelo recenseamento no Rio Grande do Sul levaram a Secretaria da Saúde e Meio Ambiente a reprogramar suas atividades a partir do ano que vem. O secretário Germano Bonow garante que o atendimento será prestado, com prioridade, às populações carentes que vivem na Grande Porto Alegre, Pelotas, Caxias, Santa Maria e Passo Fundo. Essa é uma das consequências da urbanização, já que o censo mostrou um crescimento mais acentuado nessas áreas.

A Secretaria da Saúde também se prepara para refazer seus cálculos e iniciar um estudo de execução de programas como, por exemplo, a vacinação em massa de menores de cinco anos para combater a pólio. Bonow julga importante a elaboração de um "plano de saneamento", que incluía uma estação de destinação final de dejetos, para a prevenção de doenças.

No setor de educação, a situação é difícil. No Maranhão, mais de 50% da população em idade escolar não pode ser atendida por causa da carência de estabelecimentos de primeiro grau. O ano de 1981, segundo o governo, será dedicado à educação, mas, desde já, os técnicos reconhecem que isso não deverá alterar o elevado índice de analfabetismo, por causa do aumento populacional.

Nos próximos dois anos, o governo acredita que todo o seu esforço será suficiente apenas para eliminar o déficit acumulado, além de "uma ligeira queda no índice de analfabetismo". Está previsto, em 1981, a construção de mil salas de aula no setor rural, com a utilização de professores leigos (não formados), beneficiando 60 mil crianças. Atualmente, 50% das crianças matriculadas não recebem merenda escolar.